

MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO RURAL: A DINÂMICA DO AGROAMIGO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO SERIDÓ (RN).

MICROCREDIT AND RURAL DEVELOPMENT: THE DYNAMICS OF AGROAMIGO IN FAMILY FARMING IN THE SERIDÓ TERRITORY (RN).

Autor 1 Marianne Araújo de Medeiros

Filiação Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

E-mail marianneagro096@gmail.com

Autor 2 Emanuel Márcio Nunes

Filiação Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

E-mail emanoelnunes@uern.br

GT12. Projeto Gente do Campo

Resumo

Este estudo objetivou analisar os reflexos sociais e econômicos do Programa Agroamigo para o fortalecimento da agricultura familiar do Seridó. Para isso, analisou-se o *Microcrédito*, na modalidade AGROAMIGO, a partir dos dados secundários fornecidos pelo banco do Nordeste, o estudo utilizou dados disponíveis do programa Agroamigo no período considerado de 15 (quinze) anos, de sua criação e operação especificamente na região do Seridó. Tendo em vista, que a agricultura familiar consiste em uma atividade essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural sustentável. A agricultura familiar é responsável por produzir alimentos como feijão, mandioca, leite, frutas, entre outros. Além do mais, a atividade é um exemplo notório de adaptação as condições climáticas do semiárido. Sendo assim, ressaltamos a importância do Programa de Microcrédito para melhorar o perfil socioeconômico das famílias ligadas ao campo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Produção rural; políticas públicas rurais; Microcrédito rural.

Abstract

This study aimed to analyze the social and economic impact of the Agroamigo Program on strengthening family farming in the Seridó region. To this end, we analyzed microcredit, in the AGROAMIGO modality, based on secondary data provided by Banco do Nordeste. The study used available data from the Agroamigo program over the 15-year period of its creation and operation, specifically in the Seridó region. Family farming is an essential activity for food production and sustainable rural development. Family farming produces foods such as beans, cassava, milk, fruit, and other crops. Furthermore, this activity is a notable example of adaptation to the climate conditions of the semiarid region. Therefore, we emphasize the importance of the Microcredit Program in improving the socioeconomic profile of rural families, promoting sustainable rural development.

Key words: Rural production; Rural public policies; Rural microcredit.

1. Introdução

A agricultura familiar consiste em uma atividade essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista, que busca combinar as práticas e tradições locais com as técnicas mais modernas. A agricultura familiar é responsável por produzir alimentos como feijão, mandioca, leite, frutas, entre outros. Além do mais, a atividade é um exemplo notório de adaptação as condições climáticas do semiárido.

O semiárido nordestino consiste em um território que apesar das adversidades, é rico em possibilidades para a agricultura familiar, um retrato desse contexto é a região do Seridó localizada entre o estado do Rio Grande do Norte e a Paraíba, destacando-se pela resistência dos seus agricultores que possuem um forte vínculo com a vida no campo, mostrando a importância das atividades agrícolas para a economia da região.

Diante disso, essa pesquisa é referente ao trabalho de conclusão do curso da especialização em Estratégias e Inovações na Assessoria Técnica à Agricultura Familiar, tendo como objetivo de estudo analisar os reflexos sociais e econômicos do AGROAMIGO para o fortalecimento da agricultura familiar do Seridó. Considerando que o programa de microcrédito rural visa melhorar o perfil socioeconômico das famílias ligadas ao campo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, o AGROAMIGO, representa uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar oferecendo acesso ao crédito rural de forma orientada, promovendo a autonomia das famílias, reduzindo desigualdades e fomentando as economias locais, contribuindo para as melhorias das condições de vida no campo.

2. Materiais e métodos

Para a execução empírica deste trabalho. Adotou-se a abordagem qualitativa descritiva, no sentido definido por Mynayo (2001) a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Dessa forma, analisou-se o *Microcrédito*, na modalidade AGROAMIGO, a partir dos dados secundários fornecidos pelo banco do Nordeste, o estudo utilizou dados disponíveis do programa Agroamigo no período considerado de 15 (quinze) anos, de sua criação e operação especificamente na região do Seridó, a localização escolhida para a realização deste estudo abrange 25 (vinte cinco) municípios, o motivo da escolha desse território foi pela resistência dos seus agricultores que possuem um forte vínculo com a vida no campo. Quanto as variáveis

analisadas foram referentes a participação das mulheres no acesso ao Programa de microcrédito; também, relativos ao número de contratos por setores financiados pelo Programa AGROAMIGO com agricultores familiares da região do Seridó; e a sua finalidade.

Do mesmo modo, avaliou as operações de custeio x investimentos para compreensão da eficácia do crédito rural; Além do mais, analisou as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para acessar o microcrédito; dessa forma, a partir da organização e tratamento desses dados qualitativos, foi possível identificar padrões, evoluções e impactos socioeconômicos atribuídos ao programa para agricultura familiar da região do Seridó.

3 Referenciais Bibliográficos

3.1 O papel da agricultura familiar: estratégias de convivência com o semiárido.

A agricultura familiar consiste em uma atividade essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista, que busca combinar as práticas e tradições locais com as técnicas mais modernas. Seguindo os critérios da lei 11.326, considera-se agricultor familiar ou empreendedor rural aquele que pratica a atividade no meio rural, que possuem áreas de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais, utilizam no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; obtêm, pelo menos, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu sítio; e dirigem o estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família. (Brasil, 2006).

Diante disso, a agricultura familiar é uma atividade fundamental para a geração de renda, trata-se de uma importante fonte de sustento dos pequenos agricultores que movimentam a economia local, fortalecendo as comunidades rurais. Além do mais, a atividade consiste em um mecanismo essencial para a convivência com o semiárido, pois, combina produção agrícola com práticas sustentáveis que buscam preservar o meio ambiente, desde o manejo adequado dos recursos naturais, principalmente as fontes de água, ao uso de práticas agroecológicas, como rotação de cultura, cobertura do solo, diversificação de culturas, fatores cruciais para a sustentabilidade da região. A agricultura familiar, por muita das vezes é retratada de uma forma estigmatizada com algo precário de subsistência, de baixa produtividade ou ultrapassado, porém, essa visão é limitada e não condiz com o seu real potencial, como estratégia para a segurança alimentar, para sustentabilidade ambiental e soberania nacional.

Segundo Ploeg (2008), uma das principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão-de-obra fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade) e pertencendo as

terras e outros meios de produção essenciais também à família. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família.

A agricultura familiar representa uma abordagem inversa à agricultura estabelecida pós revolução verde. Os chamados pacotes tecnológicos introduziram o uso intensivo de máquinas, pesticidas, sementes modificadas geneticamente com o intuito de aumentar a produtividade. Apesar do aumento considerável na produção de alimentos, é necessário levarmos em consideração os efeitos nocivos e impactos que a atividade pós revolução verde apresentou, destacando o aumento da degradação ambiental e êxodo rural aprofundando significativamente as desigualdades sociais presentes no campo.

Segundo Ploeg (2008), quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise "agroambiental". Finalmente, existe a relação com a sociedade em que se caracteriza, essencialmente, pela discussão sobre a quantidade e qualidade dos alimentos, embora essa não seja sua única característica relevante.

De acordo com Nunes e Schneider (2013), os instrumentos de política agrícola fundamentados na revolução verde encontraram dificuldades diante da instabilidade macroeconômica que assolava a economia brasileira, iniciando o declínio dos modelos exógenos e especializados de modernização agrícola. O desemprego, a degradação ambiental, a pobreza rural etc., fizeram com que o modelo exógeno fosse questionado. Como consequência, o ambiente macroeconômico foi se tornando favorável para movimentos de reivindicação, como as demandas por crédito, reforma agrária, pelas ações de combate à pobreza etc., a exemplo das ações apoiadas pelo Banco Mundial, a ponto de forçar o Estado a redefinir suas políticas.

Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (Wanderley,2000).

Segundo Ploeg (2008), O campesinato representa uma resistência ao Império, por vezes massiva e patente, mas essencialmente através de formas camufladas e tangíveis de escapar ou mesmo de ultrapassar as pressões.

3.2 Descrevendo o Seridó

Figura-1 Mapa do Rio Grande do Norte com recorte da região do Seridó.



Fonte: Elaboração Kissia Alana Silva Cordeiro (2025).

O Seridó está situado no semiárido brasileiro, abrangendo municípios localizados nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Duque (2004), descreve a região pela vegetação baixa, de cactus espinhentos e agressivos, agarrados ao solo, de arbustos espaçados, com capins de permeio e manchas desnudas, em terra procedente do Arqueano, muito erodida e áspera; os seixos rolados existem por toda a parte e as massas de granito redondo sobressaem, aqui e ali, demonstrando como a erosão lenta, através dos séculos, deixa vestígios ciclóticos.

Além do mais, a região do Seridó localizada no semiárido nordestino se caracteriza pelo clima seco e de chuvas escassas e irregulares. Segundo Duque (2004), as chuvas no Seridó rio-grandense e paraibano ocorrem de janeiro a maio, com variações de 127mm a 916mm, por ano, no período de 1930 a 1955, na média de 497mm, anuais, em Cruzeta. O mapa das isoietas de 22 anos, apresenta esse Seridó envolvido pelas chuvas de 400 e 600mm. Dessa forma, essa condição hídrica impacta diretamente as atividades econômicas da região, destacando a agricultura e a pecuária que dependem fortemente das chuvas para o cultivo das lavouras e criação dos animais.

Para tanto, observou-se o papel da agricultura familiar na produção agrícola e do Estado, tendo como fundamento as políticas públicas voltadas para agricultura familiar em regiões de clima semiárido que estejam em acordo com a realidade local, identificando sua importância e a evolução histórica dessas políticas. (Campelo, 2014).

3.3 Programa de microcrédito AGROAMIGO, Importância da política pública para o desenvolvimento rural.

Como visto no item anterior é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar a implementação de políticas públicas que desenvolvam o meio rural. Segundo, Lopes, Amaral, Caldas (2008), “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”

Diante disso, o Pronaf emerge na década de 1990 como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social. (Gazzola, 2013).

No caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, sobretudo, de seu segmento voltado à base da pirâmide social do mundo rural, os obstáculos para que o crédito se converta em incrementos produtivos e em melhor nível de vida são inúmeros: a pobreza é generalizada e mostra-se em indicadores sociais precários, no que se refere à moradia, ao acesso a saneamento e ao nível educacional da população. (Abramovay, 2012).

Nesse contexto surge o Agroamigo, que representa uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar oferecendo acesso ao crédito rural de forma orientada, promovendo a autonomia das famílias, reduzindo desigualdades e fomentando as economias locais, contribuindo para as melhorias das condições de vida no campo.

Diante disso, o Microcrédito como mecanismo de política agrícola representa um meio capaz de criar as condições necessárias para que forças endógenas possam surgir e engendrar processos em dinâmicas de desenvolvimento rural, a partir da utilização dos recursos de Investimento e Custeio em cadeias produtivas da agricultura familiar de territórios rurais (Nunes, 2015).

O AGROAMIGO tornou-se uma das principais políticas públicas de inclusão social e econômica dos agricultores familiares. Tendo em vista, que com o acesso ao microcrédito rural os produtores criaram autonomia para investir em suas atividades, seja com a compra de tecnologias, melhorias nas infraestruturas, insumos, possibilitando uma dinamização na economia local. Portanto, o Agroamigo consiste de uma metodologia de concessão de crédito rural com atendimento personalizado por assessores de microcrédito, e surgiu com a finalidade

de estimular ações de inclusão produtiva para os agricultores familiares do PRONAF B. E essas ações se materializam mediante a concessão de microcrédito às atividades agrícolas e não agrícolas (turismo, artesanato, serviços rurais etc.), destinado à estruturação econômica, organização coletiva e diversificação da base produtiva da agricultura familiar, por meio de cadeias produtivas capazes de operar com agregação de valor, comercialização agrícola e gerar ocupação e oportunidades dignas no meio rural. (Nunes, 2015).

4 Análise e interpretação de dados

Os dados referentes a evolução da participação das mulheres no acesso ao Programa de microcrédito no Seridó, encontra-se na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do número de contratos do AGROAMIGO por gênero na região do Seridó, 2005 a 2020.

ANO	Nº CONTRATOS	MASCULINO	%	FEMININO	%
2005	0	0	0	0	0
2006	2189	1198	54,7%	991	45,2%
2007	1007	543	53,9%	464	46,0%
2008	1233	681	55,2%	553	44,8%
2009	1600	831	51,9%	770	48,1%
2010	1509	802	53,1%	708	46,9%
2011	1633	803	49,1%	831	50,8%
2012	1667	877	52,6%	791	47,4%
2013	2904	1536	52,8%	1369	47,1%
2014	2237	1150	51,4%	1088	48,6%
2015	2236	1113	49,7%	1124	50,2%
2016	2312	1170	50,6%	1143	49,4%
2017	2113	1092	51,6%	1022	48,3%
2018	2079	1095	52,6%	985	47,3%
2019	2048	1059	51,7%	989	48,2%
2020	2505	1356	54,1%	1150	45,9%
Total	29.272	15.306	52,3%	13.978	47,6%

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2025).

Quando analisado o desempenho do Programa de microcrédito AGROAMIGO, considerando a operação por gênero, percebemos que entre os anos de 2006 a 2008, a

participação feminina era abaixo dos 45%, porém foi crescendo com o decorrer do tempo. Entre os anos 2011 e 2015, a representação feminina ultrapassou a masculina (50,8% e 50,2% respectivamente). Após isso, a tendência voltou a ser levemente dominada por beneficiários masculinos. Dessa forma, podemos analisar que a diferença entre os sexos é relativamente pequena quando tratamos de acesso ao Programa de microcrédito, porém a participação feminina raramente ultrapassa os 50 %, o que pode ser indicativo de problemas estruturais.

A visão patriarcal de que os homens são os encarregados da produção rural é muito presente, as mulheres rurais em muitas das vezes são vistas como ajudantes, tendo em vista, que na lógica tradicional da divisão das tarefas a mulher fica encarregada de todo o cuidado com as tarefas domésticas, filhos, preparo de refeições, limpeza da casa, não como agricultora com poder de decisão. É notório que apesar dos avanços significativos com intuito de gerar a autonomia das mulheres rurais, o trabalho feminino ainda é subestimado e invisibilizado.

É sabido que o sistema de produção sobre o qual se assenta o trabalho produtivo familiar é reconhecido como um espaço de responsabilidade do homem, conferindo-lhe a legitimidade necessária para exercer sobre ele o seu controle, que envolve a tomada de decisão sobre a atividade produtiva, a gestão e a centralização dos recursos financeiros que venham a ser ali gerados, reforçando a noção de autoridade presente na figura de quem faz a gestão (Herrera, 2024).

Sendo assim, é de suma importância Programas e políticas com ações afirmativas direcionadas especificamente para mulheres.

Os dados referentes a evolução de contratos por setor do AGROAMIGO, no Seridó, por setor financiado, encontram-se na tabela 2.

Tabela 2 – Evolução do número de contratos do AGROAMIGO na região do Seridó, por setor financiado, 2005 a 2020.

Ano	Pecuária	%	Agricultura	%	Comércio, Serviços e Outras	%
2005	0	0	0	0	0	0
2006	1756	80,2%	240	10,9%	194	8,9%
2007	1084	83,6%	178	16,4%	0	0%
2008	1052	85,3%	182	14,7%	0	0%

2009	1369	85,5%	233	14,5%	0	0%
2010	1346	85,5%	223	14,2%	0	0%
2011	1413	86,5%	221	13,5%	0	0%
2012	1405	84,2%	263	15,7%	0	0%
2013	2583	88,9%	322	11,1%	0	0%
2014	1929	86,2%	309	13,8%	0	0%
2015	1875	83,8%	362	16,2%	0	0%
2016	1949	84,3%	364	15,7%	0	0%
2017	1744	82,5%	370	17,5%	0	0%
2018	1760	84,6%	320	15,4%	0	0%
2019	1633	75,3%	241	11,1%	156	7,3%
2020	2159	86,1%	347	13,2%	0	0%
Total	25.057	84,57%	4.185	15,33%	350	1,08%

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2025).

Quando analisado o desempenho do Programa de microcrédito AGROAMIGO, considerando a operação de contratos por setor financiado, na região do Seridó, percebemos a predominância do setor pecuária na economia representada. Variando de 80% a quase 89% no total dos contratos.

Podemos levar em consideração as características ambientais e socioeconômicas da região para explicar o destaque da atividade no território. Tendo em vista que os baixos índices pluviométricos com chuvas escassas e irregulares comprometem à prática da agricultura de sequeiro, tornando a pecuária a atividade mais viável. Dessa forma, a agricultura torna-se uma atividade secundária, variando de 11% e 17,5% no total dos contratos.

Outro fator institucional é relevante é o modelo de concessão de crédito que, em muitos casos na sua execução ainda reproduz elementos de um sistema de balcanização no qual o atendimento se limita a liberação formal do crédito sem o devido acompanhamento técnico contínuo que acaba incentivando a repetição de projetos padronizados. Sendo assim, a pecuária por ser uma atividade já conhecida pelos produtores e por apresentar um menor risco no semiárido, torna-se a atividade mais simples e segura tanto para os beneficiários como para os agentes de crédito.

Os dados referentes Programa AGROAMIGO, na região do Seridó por atividades – 2005 a 2020, encontram-se na tabela 3.

No contexto das atividades financiadas pelo microcrédito rural do programa AGROAMIGO, observa-se a forte predominância da pecuária. De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, que resume as principais atividades apoiadas pelo programa na região do Seridó entre 2005 e 2020, as cinco primeiras posições (Bovinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Avicultura e Caprinocultura) todas ligadas à criação de animais, representam juntas cerca de 85% do total de ocupações financiadas, evidenciando a importância da atividade para economia da região. Podemos observar uma baixa participação do microcrédito em atividades não agropecuárias (comércio, artesanato e outros serviços.) que somados não chegam a 10% do total de ocupações financiadas. Além disso, as atividades emergentes na agricultura, com destaque nas cadeias produtivas da fruticultura, mostraram um crescimento significativo a partir do ano de 2010.

Diante dos dados analisados do Programa Agroamigo, que revela que aproximadamente 50% dos contratos foram destinados à bovinocultura, entre 2005 e 2020, embora seja uma atividade economicamente importante para a região, a dependência de um único setor representa riscos econômicos e ambientais, tendo em vista, que vivemos em contexto que pode ocorrer secas prolongadas, vulnerabilidade econômica dos pequenos produtores em caso das inconstâncias do mercado, com preço de insumos e flutuações no preço da carne. Além disso, é necessário o estímulo a diversificação produtiva como estratégia comprovada, para reduzir os impactos econômicos e ambientais, distribuindo melhor os riscos e utilizando melhor os recursos naturais locais. Sendo assim, é importante que os setores públicos, especialmente em regiões como o semiáridas, como o Seridó, incentivem políticas públicas voltadas a diversificação da produção rural.

Outra alternativa encontrada para fortalecer a agricultura familiar no acesso ao crédito rural são as cooperativas, por meio da gestão coletiva e transparente dos recursos, busca evitar o desvio do crédito e assegurar que os financiamentos sejam aplicados de maneira produtiva, fortalecendo tanto os cooperados quanto a sustentabilidade da atividade econômica.

Assim, Chayanov (2017), diz que as cooperativas camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor separar de seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação à de pequena escala – e a fazê-lo sem sacrificar sua individualidade. O camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de modo a alcançar um modo de produção de grande escala, ainda que, possivelmente, utilizando mão de obra contratada.

Podemos perceber que as cooperativas são instrumentos que facilitam os seus associados o acesso aos mercados, pois organizam a produção, comercialização e financiamento de forma coletiva, buscando melhores condições de negociação e preços justos.

Para Chayanov (2017), as cooperativas poderiam ser a base sob a qual se estruturaria um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados de forma coletiva. Na sua opinião, o cooperativismo não anula a liberdade e a responsabilidade individual do trabalhador e produtor, assim como busca criar as condições para que a colaboração coletiva possa florescer e se desenvolver.

Além disso, podemos perceber que o Programa Agroamigo atua como um instrumento financeiro voltado para à proteção e fortalecimento da agricultura familiar. Tendo em vista, que busca reduzir a vulnerabilidade dos pequenos produtores aos fatores de riscos, como mudanças ambientais, climáticas, institucionais que comprometam as suas atividades rurais, fomentar a autonomia dos agricultores familiares é fundamental para fortalecer a capacidade de gestão, decisão e sustentabilidade dos produtores rurais.

Ploeg (2008), define a condição camponesa, como a luta constante por autonomia e progresso em um contexto caracterizado por padrões de dependência múltiplos e pelos processos de exploração e marginalização associados. Os mecanismos básicos através dos quais essas lutas se desenvolvem ultrapassam as especificidades do tempo e do espaço.

Os processos de inovação na agricultura familiar estão intimamente ligados a busca por sustentabilidade, o manejo adequado do solo, a diversificação produtiva, o aumento da eficiência dos recursos naturais, ou seja, a inovação do campo não se restringe apenas a tecnologias. Mas, envolve sua capacidade de gestão, o cooperativismo e valorização dos conhecimentos tradicionais, como forma de promover inclusão social quebrando os estigmas de atividade precária de subsistência, de baixa produtividade ou ultrapassada.

Berdegue (2019), supõe romper radicalmente com dois preconceitos fortemente arraigados na região: o que aponta que a agricultura familiar carece de potencial produtivo e que, portanto, deve ser tratada como um atraso social; e outro, extraordinariamente pernicioso, que supõe que serviços de baixa qualidade são suficientes para a agricultura pobre.

Dessa forma, é essencial reconhecemos que para transformar o meio rural e promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável é de suma importância ofertamos serviços de alto nível, como políticas públicas eficientes, capacitação contínua e apoio institucional garantindo

competitividade e dignidade no campo. Assim, ao oferecer serviços de qualidade rompemos com ciclos de soluções precárias que não contribuíam para redução da desigualdade e da pobreza no campo. Diante disso, é fundamental consolidar a agricultura familiar como pilar do desenvolvimento econômico.

Tabela 3 – Evolução dos contratos do Programa AGROAMIGO na região do Seridó por atividades – 2005 a 2020.

ATIVIDADES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2005- 2020	%
Bovinocultura	0	1105	523	653	877	864	899	751	1327	991	1015	1077	928	975	1012	1068	14065	50,2%
Ovinocultura	0	480	205	203	276	272	259	162	209	328	328	343	318	262	213	223	4081	14,6%
Suínocultura	0	22	21	18	36	29	36	119	354	194	177	173	149	208	189	172	1897	6,8%
Avicultura	0	47	41	46	50	67	75	264	524	237	156	150	171	158	168	217	2371	8,5%
Caprinocultura	0	95	90	67	97	86	82	64	58	142	172	199	177	147	116	103	1695	6,0%
Fruticultura	0	23	13	23	23	37	49	49	56	30	97	111	131	138	172	195	1147	4,1%
Caça e Pesca	0	84	25	18	19	13	17	6	16	58	27	4	6	5	46	29	373	1,33%
Serviços Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	0	25	24	21	32	8	14	6	4	2	0	0	0	0	0	0	136	1,3%
Comércio	0	25	42	46	58	46	41	59	109	68	75	56	20	9	10	26	700	2,5%
Grãos	0	207	28	15	29	32	12	3	5	5	5	18	39	15	5	3	421	1,50%
Artesanato	0	60	13	28	22	8	7	10	12	17	15	37	65	47	36	18	395	1,41%
Olericultura	0	4	8	5	11	7	3	12	19	22	48	60	47	55	30	28	359	1,28%
Serviços pessoais e domésticos	0	2	0	0	2	0	0	2	1	2	0	2	0	0	2	0	13	0,04%

Outras atividades	0	9	26	31	29	72	74	29	32	30	20	21	3	6	4	3	389	1.39%
TOTAL	0	2188	1059	1195	1561	1541	1568	1536	2726	2135	2135	2251	2025	2025	2003	2085	28043	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2025).

Os dados referentes as operações de custeio x investimentos Programa AGROAMIGO, na região do Seridó por atividades – 2005 a 2020, encontram-se na tabela 4.

Seridó										
ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Custeio Agrícola	0%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	1%	1%	1%
Custeio Pecuário	25%	15%	13%	3%	3%	3%	0%	7%	7%	11%
Investimento Agrícola	9%	8%	9%	10%	9%	8%	0%	10%	9%	9%
Investimento Pecuário	65%	78%	78%	87%	87%	88%	0%	82%	83%	79%

Fonte: ETENE/ BNB,2023. Elaboração e adaptação dos autores.

Diante dos percentuais apresentados de custeio x investimentos, podemos perceber que houve uma predominância nos investimentos pecuários, evidenciando o potencial da atividade como base econômica regional, principalmente em regiões semiáridas, que se caracterizam por clima seco e chuvas irregulares, que favorecem mais a criação de animais que o cultivo agrícola. Portanto, podemos perceber o esforço dos produtores rurais, em ampliar e modernizar suas estruturas de criação, sejam adquirindo equipamentos, investindo em tecnologia e melhorando geneticamente o rebanho, utilizando técnicas de convivência com o semiárido. Além disso, podemos perceber que o custeio agrícola para região nesse período de análise foi quase inexistente, o que apresenta fragilidade estrutural da agricultura na região, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para diversidade produtiva para reduzir a dependência de um único setor consequentemente fortalecer a economia da região.

5 Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar os reflexos sociais e econômicos do AGROAMIGO para o fortalecimento da agricultura familiar do Seridó. O AGROAMIGO tornou-se uma das principais políticas públicas de inclusão social e econômica dos agricultores familiares. Tendo em vista, que com o acesso ao microcrédito rural os produtores criaram autonomia para investir em suas atividades, seja com a compra de tecnologias, melhorias nas infraestruturas, insumos, possibilitando uma dinamização na economia local. Além disso, o programa de microcrédito rural visa melhorar o perfil socioeconômico das famílias ligadas ao campo, promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, devemos compreender a agricultura familiar como um complexo produtivo integrado e sustentável, que articula recursos naturais, com saberes tradicionais, e inovações tecnológicas para promover o desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, como estratégia de articulação dos agricultores familiares é fundamental o surgimento das cooperativas como eixo central de coordenação das cadeias produtivas locais, tendo em vista que as cooperativas são instrumentos que facilitam os seus associados o acesso aos mercados, pois organizam a produção, comercialização e financiamento de forma coletiva, buscando melhores condições de negociação e preços justos.

Sendo assim, o fortalecimento da agricultura familiar requer a integração entre produtores, cooperativas, e políticas públicas, voltadas para diversificação das cadeias produtivas. É necessário modificar as cadeias, integrando agricultura e pecuária de forma sustentável, diante disso, a agricultura familiar deixa de ser vista como setor de subsistência e passa a ocupar papel estratégico no desenvolvimento rural.

Dessa forma, é essencial reconhecermos que para transformar o meio rural e promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável é de suma importância ofertarmos serviços de alto nível, como políticas públicas eficientes, capacitação contínua e apoio institucional garantindo competitividade e dignidade no campo.

Referências

ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR, M.; MADEIRA, G. de A.; GONÇALVES, M. F.; MACIEL, I. S. R.; SANTOS, R. A. dos. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeito do programa**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 11.326, de 22 de julho de 2006*. Dispõe sobre os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BERDEGUÉ, Julio. **Agricultura familiar desempenha papel central na conquista de objetivos globais**. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/592123-agricultura-familiar-desempenha-papel-central-na-conquista-de-objetivos-globais>. Acesso em: 14 out. 2025

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 10, n. 21, 2014. DOI: 10.21713/2358-2332. 2013.v10.415. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/415>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CHAYANOV, Alexander. *A teoria das cooperativas camponesas*. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 296 p. (Série Estudos Rurais).

DUQUE, José Guimarães. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 51, p. 45-68, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rest/a/cK8XnrbsJbP8JtXxNYdJWVC/?format=pdf&lang=pt>
Acessado em: 18 ago.2025,

H, K. M., Desconsi, C., Birochi, R., & Pacífico, D. A. (2024). Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. *Revista de*

Economia e Sociologia Rural, 62(3), e281922. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281922pt> Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre as possibilidades teóricas

LOPES, B.; AMARAL J. N.; CALDAS, R. W.. Políticas públicas, conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae / MG, 2008. 48 p. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/%24File/NT00040D52.pdf> Acessado em: 18 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

NUNES, Emanuel Márcio; ARAUJO, I. J.; FRANÇA, A. R. M.; LIMA, J. S. S. de; MEDEIROS, L. S. Microcrédito, Infraestrutura e Desenvolvimento Rural: o AGROAMIGO Investimento e Custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, 2015.

NUNES, E. M., Araújo, I. J. de, França, A. R. M. de, Lima, J. S. S. de, & Medeiros, L. S. de. (2016). Microcrédito, infraestrutura e desenvolvimento rural: o Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. *Revista Econômica Do Nordeste*, 46, 55–71. <https://doi.org/10.61673/ren.2015.41>

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioproductivo de base comunitária: Interconectando o turismo comunitário com redes de Comércio justo. **Turismo Visão e Ação**, v. 10, n 2. p. 244-262, 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Rev. Estudos, Sociedade e Agricultura*.v.8. N. 2, 2000.